

## Associação Voluntária de Moradores do bairro Jardim das Américas (AMJA) e a construção da cidade de Guarapuava: intervenção urbana e sociabilidade (1995-2001)<sup>i</sup>

Eliziane Gava.<sup>ii</sup>

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian.<sup>iii</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como tema a Associação Voluntária de Moradores do Bairro Jardim das Américas (AMJA), às margens da cidade de Guarapuava, no Paraná. Voltada às questões da moradia, a Associação tem como uma das pautas de suas reuniões a promoção de ações urbanas para o bairro, filiando-se a órgãos públicos e privados. Assim, na pesquisa objetiva-se entender a participação política da Associação de Moradores nas ações de urbanização do bairro Jardim das Américas, no período de três gestões consecutivas do mesmo presidente (1995-2001). Para o desenvolvimento da pesquisa, serão utilizados registros das reuniões contidos nos livros de atas, interpretados a partir do cabedal teórico-conceitual da história cultural e política, da história das cidades em conjunto com os pressupostos da história do tempo presente. As ações da Associação delineiam relações de sociabilidade e incorporam discussões políticas no âmbito público cidadão, a formar vetores de sentidos na preocupação com questões urbanas.

**Abstract:** The present research aims to study the Associação Voluntária de Moradores do Bairro Jardim das Américas (AMJA = Voluntary Association in the Neighborhood Jardim das Américas) on the outskirts of the city of Guarapuava in Paraná. Turned to the questions related to the promotion of urban actions in the neighborhood this association is affiliated with public and private bodies. Therefore, this study aims to understand the political participation of the Residents' Association in the actions of urbanization of the Neighborhood Jardim das Américas, in the period of three consecutive administrations of the same chairperson (1995-2001). The research process shall use entries of the meetings recorded in the minutes which are going to be interpreted according to the theoretical-conceptual framework of the cultural and political history. The inquiry will also be in compliance with the history of the cities establishing a link with the assumptions of the history of the present moment. The actions of the Association suggest urban interventions and sketch out social interactions which integrate political discussions in the urban and public area, to create guidelines turned to the questions related to urban matters.

A sociabilidade estabelecida por moradores em prol de questões sobre a moradia começou a ter destaque com o período de liberalização do regime autoritário no Brasil, a partir do fim da década de 1970.<sup>iv</sup> Este período caracteriza-se por dar possibilidade a novos movimentos sociais marginais no sistema de representação dos poderes, já que o processo de redemocratização trazia as reformas institucionais com base nos direitos humanos e sociais. A população, no meio desses movimentos locais com demandas imediatas, passa a

considerar sua marginalidade como proveniente da privação dos direitos. Nesse processo, a participação das pessoas na vida da cidade através do papel cívico de cidadão exerce a função de visão orientadora para o acesso aos serviços públicos.<sup>v</sup>

Tendo em vista tais questões, a presente pesquisa tem como tema a Associação Voluntária de Moradores do Bairro Jardim das Américas (AMJA), às margens da cidade de Guarapuava, no Paraná. Voltada aos problemas referentes à moradia, a Associação tem como uma das pautas de suas reuniões a promoção de ações urbanas para o bairro, filiando-se a órgãos públicos e privados. Essas intervenções urbanas no ambiente do bairro, fomentadas pela Associação, configuram o objeto de pesquisa. Assim, na pesquisa objetiva-se entender a participação política da AMJA nas ações de urbanização do bairro Jardim das Américas, no período de três gestões consecutivas do mesmo presidente (1995-2001). Para o desenvolvimento da pesquisa, serão utilizados registros das reuniões contidos nos livros de atas, interpretados a partir do cabedal teórico-conceitual da história cultural e política, da história das cidades em conjunto com os pressupostos da história do tempo presente. As ações da Associação sugerem intervenções urbanas e delineiam relações de sociabilidade, e tal participação incorpora discussões políticas no âmbito público cidadão. Uma sociabilidade cultural e política e o voluntarismo de uma Associação tende a formar vetores de sentidos na preocupação com questões urbanas.

Fazer parte das decisões dos problemas locais do bairro Jardim das Américas no fim da década de 1990 representa o meio de atuar na construção da cidade de Guarapuava e de participar da vida na cidade. Com sua representatividade enquanto instituição e expressão de valores de urbanização, a AMJA começou a agir em busca dos direitos humanos e sociais.<sup>vi</sup>

Munida de tal propósito, a Associação trouxe preocupações imediatas para a vida dos moradores e de caráter local, registradas nas pautas das reuniões em dois Livros Atas.<sup>vii</sup> Questões envolvendo a moradia em Guarapuava tiveram destaque com o Programa de Desfavelamento no final da década de 1970 e durante a década de 1980. Este programa transferia para locais periféricos os moradores decorrentes do processo verificado no contexto de modernização da cidade. O bairro Jardim das Américas faz parte desta expansão da periferia visível a partir da década de 1960 e possuía 704 moradores, de acordo com a prefeitura em um perfil traçado em 1979.<sup>viii</sup> Nessa perspectiva, uma das estratégias de sobrevivência dos moradores para evitar a remoção foi a ocupação de terrenos públicos, margens de ferrovias e rodovias e fundos de vale, como é o caso da formação do bairro Jardim das Américas.

Nas discussões da diretoria da AMJA, é a urbanização do bairro que interessa, e o direito à cidade é colocado frente à marginalidade social e política. A mobilidade dos participantes da diretoria durante as gestões de dois anos representa um caráter instável mas duradouro da Associação, devido ao fato de contribuir para uma continuidade das reuniões. Por sua vez, o período analisado no artigo de 1995 a 2001 abrange a presidência de Leonel Camargo por três gestões consecutivas<sup>ix</sup>, em que a Associação forma um grupo de pressão sobre a opinião pública e os órgãos públicos e privados, tal como constrói um sistema político de interações com outros agrupamentos.

A sociologia política na América Latina enfatizou a emergência desses novos movimentos sociais a partir de perspectivas europeias e, desse modo, as abordagens frisaram a questão da autonomia e a afirmação identitária de cidadania.<sup>x</sup> A autonomia é valorizada em relação às estruturas sociais e políticas do autoritarismo. Os fatos da

repressão dos regimes autoritários, do fim das guerrilhas e da fragilização de partidos comunistas deixam um “vazio político” e levam os movimentos sociais a apresentarem a autonomia como um “valor em si”, ocorrendo a valorização das organizações apresentadas como “comunitárias”.<sup>xi</sup>

Nas análises da América Latina, percebe-se que a mudança introduzida pelos novos movimentos sociais reside na contribuição “não em termos políticos, mas socioculturais”. Esses novos movimentos sociais eram apresentados como uma afirmação identitária de valores de “igualdade, cidadania e participação”. Os trabalhos preferiam enfatizar a ideia de um “conteúdo ético implícito” desses movimentos.<sup>xii</sup>

Contudo, proposições de “autonomia ou de transformação social, afirmação identitária ou democratização” trazem riscos às interpretações dos novos movimentos sociais. Pois as análises estão mais preocupadas com um “posicionamento na cidade” do que propriamente com a observação das relações de poder dos movimentos sociais.<sup>xiii</sup> Não apenas a análise da estrutura e do modo de organização dos movimentos foi considerada secundária nos estudos, como também a “reconstituição do espaço social e político ocupado pelos movimentos”.<sup>xiv</sup>

Nestes termos, a AMJA apresenta-se inserida em um espaço de relações democráticas, como uma instituição política regulamentada, visível e com uma direção, que não diz respeito à disputa nas eleições e ao exercício direto do poder. De caráter instável, ela fala de uma “malha associativa” que envolve uma forma do político, da sociedade e da sua cultura. Esta malha está no entremeio do cidadão e do poder.<sup>xv</sup>

O fato de a Associação de Moradores ser uma instituição política que frisa uma cidadania participativa tem a função de afirmar o sistema democrático<sup>xvi</sup> e, com isso, a problemática da democracia se impõe na década de 1980 e amplia as questões de natureza política. Logo, as preocupações com aspectos políticos ganham terreno em uma historiografia brasileira em diálogo com algumas reflexões que estavam sendo feitas na Europa.

No que diz respeito às oscilações dos movimentos das ideias, o historiador volta-se para uma história política, antes renegada em favor do econômico-social.<sup>xvii</sup> O estudo do Estado na ênfase das iniciativas e decisões traz a expressão das relações de força e mostra a dimensão política dos fatos coletivos. Nessa perspectiva, as experiências das Guerras Mundiais, das relações internacionais e do desajustamento da economia liberal redimensionam para a política assuntos que até então não eram de seu interesse. Assim, grupos estabelecem relações com o poder na construção da ideia de que tudo é política, para responsabilizá-la pelo que deixa a desejar e pelas soluções de todos os problemas.<sup>xviii</sup>

Uma vida social mais complexa no século XX e uma extensão do coletivo a demandas constantemente ampliadas ao campo político, como a saúde, a assistência social, o lazer, a educação e a cultura, passam a oferecer às associações voluntárias a possibilidade de abranger tais reivindicações. Dessa forma, o sistema político engloba dimensões de tempo, de espaço e de ideal<sup>xix</sup> de uma Associação, e este último fala dos “círculos de pensamento” como reconhecimento de uma unidade particular da Associação. A forma como os cidadãos experimentam a política, conjuntamente com seus valores, medos, a memória coletiva da Associação e suas expectativas dizem sobre a sociedade da qual fazem parte,<sup>xx</sup> a fim de que os saberes sobre a cidade acabem por orientar as intervenções no espaço urbano. Saberes do médico e do engenheiro formam a ação

intervencionista e criam um espaço politizado, em que a população busca a legitimidade nos direitos do homem e do cidadão.<sup>xxi</sup>

Ao pensar na Associação de Moradores e sua atuação política de urbanização, ou seja, para a construção da cidade, traçamos como propósito do trabalho, num primeiro momento, a percepção de como a Associação se insere nas relações de democracia e como passa a ter a função de exigir o direito à cidade. Depois, partimos da sua organização interna e das pautas das reuniões para o espaço social e político ocupado pela instituição, a partir das atividades, das reuniões com outros órgãos e do movimento dos indivíduos por esses órgãos. Analisamos, por último, a ênfase às ações de urbanização realizadas e reclamadas junto a órgãos privados e públicos e os valores envolvidos nessas ações.

### **Uma associação voluntária de moradores**

A instituição Associação de Moradores traz características que expressam o modo de agir em determinada época. Uma delas é o caráter voluntário colocado na base de grupos apresentados formalmente para a sociedade, mas livremente constituídos, portanto, voluntários. Devido a isso, tende a apresentar um conjunto de regras e modelos de comportamento que são aprovados oficialmente<sup>xxii</sup> e uma classificação conforme as primeiras intenções de interesse da Associação, tais como as necessidades manifestadas durante sua atuação. O fato de ser uma associação dirigida a moradores de um bairro enfatiza as questões referentes à urbanização no espaço da moradia. Perante isso, os assuntos em pauta nas reuniões da AMJA preveem mudanças para o espaço urbano na intenção de melhorias para os demais moradores e conseqüente construção da cidade.

Ao fundar uma associação, os moradores necessitam de uma ata para o registro da reunião de aprovação do estatuto e da eleição da diretoria, como também, posteriormente, do registro em cartório com o objetivo de obter o Registro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ. Estas exigências, apresentadas no Código Civil de 1916 vigentes até 2002,<sup>xxiii</sup> mostram a legitimidade da instituição perante a organização republicana dos Estados Federativos do Brasil. Conforme o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado: "As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações", e também as sociedades mercantis. A estipulação de um estatuto e de atas para o registro jurídico-administrativo expressa a necessidade de estar inserida na organização burocrática do Estado e ser legítima.<sup>xxiv</sup> O registro deve constar, conforme determina o artigo nº 19:

- I. A denominação, os fins e a sede da associação ou fundação.
- II. O modo por que se administra e representa, ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.
- III. Se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo.
- IV. Se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- V. As condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio nesse caso.<sup>xxv</sup>

Os direcionamentos seguidos por uma associação deveriam enquadrar-se nesses parâmetros, no que diz respeito à forma de administração, de flexibilidade do estatuto, das obrigações sociais e da possível extinção. Representa, logo, a vida útil da associação dentro do quadro de organização do Estado, caso contrário ela passaria à posição de ilegítima diante da sociedade. Essa lógica do direito mostra o modelo de funcionamento da instituição como a “força do ser” associativo.<sup>xxvi</sup>

Os vínculos institucionais da Associação estabelecidos pelo Cadastramento no Tribunal de Contas do Paraná para recebimento de verbas<sup>xxvii</sup> e pelo envio de documentos oficiais, solicitando e reclamando demandas para outras instituições,<sup>xxviii</sup> fazem parte da organização jurídico-administrativa e demonstram a necessidade de legitimidade perante outros órgãos, como força de representação.<sup>xxix</sup>

Assim, pertencentes às relações da democracia,<sup>xxx</sup> as associações estão dentro de um sistema jurídico-administrativo e para essa organização partem de uma ata de fundação e de um estatuto para o registro oficial em cartório.<sup>xxxi</sup> No estatuto constam suas intenções primeiras, e delas partimos. Além dos objetivos relacionados às atividades culturais, religiosas, esportivas, cívicas e sociais, a Associação tem como pontos de partida os melhoramentos urbanos, a conservação e boa apresentação dos loteamentos pertencentes ao bairro. Também apresenta o caráter de representação diante de autoridades, de defesa de interesses sociais, de procura de benefícios nos setores e de não divulgação de “credos ou instituição política partidária”.<sup>xxxii</sup> A Associação não está vinculada a políticas partidárias, mas está inserida num “sistema político”, pois faz parte de um grupo de pressão. De acordo com Rioux, as associações políticas são:

[...] organizações que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um “sistema” político.<sup>xxxiii</sup>

A preocupação com o urbano nas motivações iniciais da AMJA está relacionada ao papel relegado à Associação nas questões sociais da moradia. Afinal, o espaço do bairro Jardim das Américas faz parte do processo de expansão dos bairros periféricos juntamente com a modernização de Guarapuava. As práticas construídas por grupos que habitavam o centro de Guarapuava delinearão a representação de uma cidade que pretendia ser moderna, trata-se de uma cidade formal/regular/legal em atrito com aquela informal/irregular/clandestina que é formada nos bairros, inclusive no Jardim das Américas.<sup>xxxiv</sup>

O papel delegado à AMJA nas questões sociais, aliado ao papel representativo na defesa dos interesses junto a outros órgãos, coloca a Associação num sistema político de interações entre sujeitos e instituições de função urbanizadora, com o objetivo de participar civicamente na vida da cidade. Este âmbito cívico posto à AMJA traz a reflexão acerca da defesa dos direitos do homem, pois a busca pela urbanização é orientada por saberes constituídos a partir da segunda metade do século XIX e no início do século XX. Os “fios condutores” que levam à formação da ciência das cidades envolvem a articulação entre o saber do médico e o do engenheiro como argumentos para a questão urbana se apresentar

como neutra, em que os problemas são explicados pela teoria médica e resolvidos com as técnicas disponíveis. Outro fio é o da questão social, as concentrações humanas nas cidades representam uma ameaça e geram um pensamento político e econômico de extirpação do pobre.<sup>xxxv</sup> Dessa maneira, para se viver nas cidades deveria ser desenvolvida uma “nova sensibilidade” de reconhecimento pela aparência, e a cidade passa a se apresentar como lugar de legitimidade, “espaço jurídico novo” das malhas da servidão baseada nas concepções dos direitos do homem e do cidadão e nas cartas constitucionais. Assim:

Constituiria solo seguro para os homens se sentirem inseridos numa rede de práticas contratuais e relações de força, se opondo a antigas práticas e à noção de comunidade. Ter direito à cidade significaria então a reivindicação do direito ao direito, ou seja, do acesso e da participação na sociedade contratual. Ter direito à cidade assume o caráter positivo de reivindicação legítima de indivíduos que vivem num conjunto cada vez mais socializado, e exigem do pacto social os recursos institucionais necessários ao seu desabrochar, ou seja, à sua emancipação.<sup>xxxvi</sup>

A massificação e constante especialização dos papéis sociais no século XX demonstram uma vida mais complexa e uma extensão do coletivo a necessidades sociais constantemente ampliadas.<sup>xxxvii</sup> Tais necessidades, no pensamento político e econômico, passam a ser função do Estado, e por isso o acesso aos serviços públicos e direitos sociais está no acesso à representação política da democracia. Com o processo de liberalização brasileira do regime autoritário no final da década de 1970, movimentos sociais em torno das condições de vida de caráter imediato e local associam sua marginalidade representativa à privação dos direitos. Desse modo, as exigências ligadas aos direitos humanos e à justiça social nas reformas institucionais reforçaram a busca pelo papel cívico de acesso aos direitos à vida na cidade.

Os novos movimentos sociais surgidos a partir desse processo de liberalização na América Latina trazem como pontos em comum essa posição na cidade. Segundo Goirand:

Os vínculos interindividuais estabelecidos entre essas micro-organizações, sua representação comum de sua posição na cidade, os usos comuns dos discursos do direito e da justiça social ou ainda o recurso a um repertório de ação coletiva compartilhado permitem efetivamente falar aqui de um movimento social.<sup>xxxviii</sup>

As associações de bairros pobres no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, dotadas de diversos modos de ação política dos dirigentes e da própria falta de unidade, formam um sistema de ação amplo de intensa circulação dos participantes.<sup>xxxix</sup> Isso possibilitou à AMJA a inserção num discurso jurídico de direito ao espaço urbano, tanto no âmbito social, quanto no político e no cultural. De acordo com Rioux, quanto à função da Associação como “artifício fecundo”:

Ela revela primeiro uma relação entre corpos constituídos e corpos intermediários, instituições herdadas e aspirações novas dos

cidadãos, ideais coletivos e tensões singulares, e mesmo “corporativas”, desse ou daquele grupo de indivíduos reunidos. Ela desempenha seu pleno papel há dois séculos em todos os processos de socialização e de laicização, nessa passagem para o contemporâneo em que se reconstituem mal ou bem comunidades mortas e se forjam novas ambições.<sup>xi</sup>

É o posicionamento dos associados na cidade que articula instituições de poder, e o cidadão com seus interesses junto ao coletivo suscita uma mudança social nos espaços do bairro. Tais interesses dizem respeito às demandas imediatas de marginalização aos direitos sociais emergentes na construção da cidade de Guarapuava.

### **Espaço politizado**

Os valores de reconhecimento dos direitos humanos e de reivindicação da participação nas decisões do poder, tanto quanto a heterogeneidade da ação política das Associações pelo seu modo instável e fluido de organização, representam as características dos novos movimentos sociais.

Na AMJA as reuniões são realizadas uma vez por mês em locais diferentes e com mobilidade destacável das pessoas na diretoria. Mesmo as eleições acontecendo a cada dois anos, as diretorias são constantemente substituídas durante a gestão por motivos de mudança do local, ausência nas reuniões e compromissos dos associados. Desde sua fundação por um grupo de moradores, em 1995, ela permaneceu com o mesmo presidente por três gestões consecutivas até 2001, apenas com afastamento para candidatura às eleições municipais como vereador em 1996. Uma nova eleição marca uma ruptura no grupo e, nas duas reuniões subsequentes, a gestão denominada 1995 a 2001 presta contas orçamentárias e de serviços para a presidência posterior e em Assembleia geral aos moradores. Estas mudanças na diretoria definem o seu pão de cada dia<sup>xii</sup>, pois são as rupturas e sua duração a fim de proporcionar a continuidade da instituição.

Nas Assembleias de convocação geral para eleições das chapas da diretoria, na reunião com os moradores do loteamento Paz e Bem, próximo ao bairro, para a decisão de incorporá-lo à Associação,<sup>xiii</sup> na reunião com o prefeito sobre o propósito de construir um mutirão para esclarecimentos,<sup>xiiii</sup> na discussão sobre o plantio de árvores na área de alagamento com a comunidade<sup>xlv</sup> são produzidas sociabilidades que garantem a participação dos moradores em algumas reuniões. São constantes, também, os assuntos a respeito da participação e da mobilidade dos moradores nas reuniões ordinárias. A exigência para cada membro da diretoria trazer duas pessoas a mais nas reuniões,<sup>xlv</sup> a própria participação do conselho fiscal nos eventos da Associação<sup>xlvi</sup> e o desligamento de um membro da diretoria pela ausência nas reuniões e promoções<sup>xlvii</sup> constroem o espaço de atuação da Associação, visto que essas participações nas reuniões definem a sociabilidade e, também, o tempo de atuação da Associação. Com essa duração de mobilidade dos associados, a Associação apresenta uma politização de demandas locais, ou seja, a configuração do seu espaço.

Conforme Goirand,<sup>xlviii</sup> a ação coletiva repousou na politização das necessidades concretas e, desse modo, da “vida cotidiana e das relações sociais”. As questões do bairro

tornaram-se pertinentes aos moradores, e o reconhecimento aos direitos sociais permitiu que as demandas dissessem respeito à liberdade de expressão e associação.

O espaço politizado traz essa mobilidade e participação das pessoas em uma instituição local. Contudo, tal espaço de longevidade e a capacidade de continuar a existir da Associação mostram a “permeabilidade das fronteiras entre o social, o cultural e o político”.<sup>xlix</sup> No que se refere às fronteiras, Rioux argumenta:

[...] ela descobre mecanismos complexos mas bem azeitados de expressão, de regulação e de redução das exigências e dos apoios, uma circulação embrionária que põe a Associação em contato com o religioso, com o comunitário, com o econômico e com o mental, e que exala na política toda energia assim destilada dos quatro cantos do social.<sup>l</sup>

A AMJA, ao entrar em contato com outros aspectos da vida social, junto com um autoequilíbrio dos interesses e interações, circula e propõe seu espaço. Ela passa a representar um vetor de ênfase na mudança social.<sup>li</sup> As pautas das reuniões apresentam a regulação e redução das exigências, tanto quanto dos apoios da Associação, pois seu repertório de ação coletiva abrange uma rede de contatos e negociação com outros órgãos e a realização de eventos para atender às suas necessidades imediatas. Essas interações com outras instituições definem as exigências da AMJA, que vão desde a doação, para a Associação, de bens materiais, à realização de atividades de urbanização pela diretoria da Associação, seja com a ajuda de órgãos particulares ou com o encaminhamento de documentos a órgãos da prefeitura. São mobilizadas, ainda, as exigências apresentadas em reuniões no bairro e em outros locais com representantes de instituições até a busca de benefícios junto à Prefeitura.

Nesse âmbito, os apoios de órgãos públicos e privados criam uma rede de participação política. A composição desta rede engloba a filiação com a Rede de Farmácias Trajano, com Transportes Coletivos Pérola do Oeste, com o Projeto Comunitário Livre (PCL) da Fundação do Bem-Estar do Menor (Fubem), com a União Guarapuavana das Associações de Moradores (UGAM), com a Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava (SURG), com o 26º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército e com a Secretaria do Meio Ambiente.

À medida que essas interações exigem suportes documentais para dar legitimidade às relações de democracia, os ofícios a setores responsáveis para solução de problemas de saneamento básico<sup>lii</sup> e a solicitação de calçamento à Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava<sup>liii</sup> são enviados a fim de legitimar a rede de participação política.

No caso da formação de uma comissão orçamentária<sup>liv</sup>, as prioridades são enviadas a setores públicos para destinação de verbas nos planejamentos do governo. As prioridades elencadas definem-se em torno da construção de uma Escola de 1ª a 4ª série no loteamento Paz e Bem e no bairro Santa Mônica, de uma creche, de um posto de saúde, do asfalto nas ruas principais, de um espaço para promoção da cidadania, da iluminação pública e da usina de reciclagem de lixo. O recenseamento do bairro também apresenta a intenção de listar os assuntos prioritários: posto de saúde, asfalto, escola de 5ª a 8ª série, número de documentos que deverão ser cedidos aos moradores, além de destacar as linhas de ônibus conseguidas.<sup>lv</sup>



Já os abaixo-assinados,<sup>lvi</sup> documentos oficiais, ainda que de caráter mais contestatório, solicitam novamente as obras referentes à escola de 5ª a 8ª série, a compra da sede do Posto de Saúde, pertencente à Igreja Católica, e do Projeto Comunitário Livre, local onde funciona o programa de atendimento aos menores do bairro e as reuniões da Associação de Moradores. Além disso, relaciona-se uma lista de pessoas acima dos 14 anos com desejo de terminar o “segundo grau” no período noturno.

Percebemos uma “malha associativa” de atendimento às questões sociais locais com o intermédio do aparelho burocrático do Estado. Assim, os suportes documentais têm a função de legitimar essas interações políticas. De acordo com Goirand:

Com efeito, por trás das questões da autonomia e das identidades, é antes a hipótese de uma dinâmica de interações múltiplas entre os diferentes atores da política “contestatária” que pode ser confirmada, tanto pelos percursos individuais dos militantes quanto por sua multiposicionalidade ou pela convergência da contestação para certas organizações.<sup>lvii</sup>

Sob o campo das interações, a participação do presidente Leonel Camargo na candidatura a vereador no ano 1996 torna explícita essa multiposicionalidade das pessoas no sistema político e seus deslocamentos pela variedade de instituições locais. Para além da novidade de preocupação com assuntos do bairro das associações no século XX, o conflito de aproximação ou afastamento com os partidos políticos apresenta o contato com as forças que marcam o universo político.

As reuniões em lugares fora do bairro Jardim das Américas, e mesmo as realizadas no bairro, revelam a participação de representantes de outras instituições, o que, por sua vez, indica quais são os vínculos individuais estabelecidos entre as organizações.

A possível participação do prefeito Vitor Hugo Burko em uma das reuniões em 1996,<sup>lviii</sup> a realização de um mutirão com a finalidade de fazer perguntas ao prefeito e aos secretários,<sup>lix</sup> a presença do assessor de assuntos comunitários, funcionário da prefeitura e presidente da União Guarapuavana das Associações de Moradores em eleições,<sup>lx</sup> bem como os esclarecimentos para o plantio de árvores na área de alagamento com a presença da Secretaria de Meio Ambiente e do quartel<sup>lxi</sup>, essas presenças demonstram a via de mão dupla que forma o sistema político de trocas, para uma legitimidade das representações. As necessidades extremamente localizadas e a circulação dos indivíduos constituem um “espaço de movimentos” e, apesar da fragmentação das organizações, essas mobilizações dos indivíduos criam uma unidade instável das representações do poder e dos grupos que interagem.<sup>lxii</sup>

Também as reuniões em outras instituições fora do bairro que contaram com a participação da Associação marcam esse espaço, como, por exemplo, as conversas com a Fubem para a utilização do centro comunitário livre ou as reuniões com o prefeito e a participação da diretoria da AMJA nas reuniões da UGAM. Da mesma forma, as reuniões com a secretária da Saúde<sup>lxiii</sup> enfatizam a circularidade dos indivíduos pelos espaços de socialização política. Para Goirand:

A ação coletiva inscreve-se portanto num *continuum*, ao mesmo tempo em termos de redes sociais e de relação entre instituições, e

em termos históricos. Partidos e organizações amigas formam assim “espaço de mobilização” de contornos sociais nebulosos, constituídos por redes de militantes, nas quais circulam os indivíduos.<sup>lxiv</sup>

Há um *continuum* de pessoas interagindo munidas de suas representações, delegadas pelos órgãos dos quais fazem parte. A busca de trocas simbólicas entre as instituições é aparente. A procura de ônibus gratuito com algum candidato às eleições municipais, para que a equipe de esportes do bairro jogasse no município de Irati, e a solicitação de uma tela para cercar o PCL com algum candidato são ações colocadas no registro das atas, tornando-se, portanto, legítimas no processo jurídico-administrativo. No mesmo sentido se coloca a mobilização para a transferência de título de eleitor dos moradores, que poderá trazer mais uma urna para o bairro<sup>lxv</sup>, logo, maior representatividade. Neste processo, Rioux enfatiza, sobre a associação voluntária: “Ela se move nesse espaço, enquadrada pela lei, orgulhosa de sua lógica de substituição, numa ambivalência de atos e de propósitos que estimula o historiador: é nela que se observa numa vontade que ensina por bem ou mal a lógica da instituição”.<sup>lxvi</sup>

A maneira pela qual a AMJA, como um dispositivo de participação, contribuiu para abrir espaços de ação política entre órgãos interessados na tomada de decisões das demandas sociais em Guarapuava é específica, uma vez que a Associação transforma a lógica do poder representativo da democracia, em que as negociações passam a ser legítimas por trocas simbólicas e criam um sistema instável de interações.<sup>lxvii</sup> O local é apresentado, então, como o melhor objeto de intervenção das associações políticas, devido ao fato de territorializar a vida política.<sup>lxviii</sup>

## Valores na construção da cidade

A intervenção na cidade através de uma associação política requer fazer uma escolha no momento das decisões. Esta escolha está ligada aos saberes que as pessoas trazem individualmente e formam o querer coletivo do grupo, com a intenção de proporcionar uma mudança no ambiente da cidade, no caso, o bairro Jardim das Américas. Conforme aponta Rioux, além das dimensões do tempo e do espaço que a Associação abrange, devemos levar em conta a dimensão do ideal, que diz respeito a uma unidade particular dos círculos de pensamento da Associação.

Em outras palavras, a Associação é um vetor de ideia que a faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da organização, o culto de uma comunidade e o voluntariado concretamente exercidos secretam e alimentam. E são sem dúvida estes valores, mais que aquele ideal, que ela infunde tão bem na vida política.<sup>lxix</sup>

A ideia que fez a AMJA nascer foi a sua primeira intenção de participação na vida da cidade de Guarapuava, já que se trata de um bairro marginal na representação do poder. Suas carências sociais se articularam com o papel de cidadão delegado às pessoas na

exigência de seus direitos. Quanto aos valores da vida interna da organização, eles estão relacionados às atividades realizadas pela Associação, pois falam do “culto de uma comunidade”. São atividades realizadas no bairro Jardim das Américas tanto com os recursos próprios da Associação, adquiridos por eventos promovidos no bairro, quanto com parcerias junto a outros órgãos particulares e públicos.

Os saberes que formam a orientação para intervir no bairro são ressaltados por Bresciani<sup>lxx</sup> como portas conceituais que constituem o saber das cidades. O surgimento delas parte de um novelo da questão sanitária/social. Assim, os saberes do médico e do engenheiro se entrelaçam na argumentação e se abrem para a questão social. A filantropia vem da configuração da questão social e da cultura popular na busca dos costumes do trabalhador. Nisso, aparece o modo necessário para se viver na cidade, seria uma nova sensibilidade recorrente ao papel do cidadão, que acaba por apresentar a cidade como local de memorização e criar uma experiência de afetividade com os espaços.

É nos discursos das pautas das reuniões referentes às atividades a serem desenvolvidas que procuramos os valores desta intervenção. Neles, podemos perceber uma coerência dos comportamentos à volta de uma cultura. Esta cultura política apresenta-se como uma noção complexa. “Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de ‘uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política’”.<sup>lxxi</sup>

Este conjunto de referentes na urbanização do bairro Jardim das Américas está no âmbito do saber sanitário e do engenheiro. As reformas no PCL, onde funcionava a Fubem, e as reuniões da Associação<sup>lxxii</sup> enfatizam necessidades que podem ser desenvolvidas no próprio âmbito da instituição. É válido destacar a mobilização dos moradores para ajudar na construção de uma casa para uma família carente<sup>lxxiii</sup> e o sorteio mensal de brindes para moradores que haviam mantido a frente da casa limpa<sup>lxxiv</sup>, assim como a arrecadação de alimentos para uma cesta básica para uma família carente.<sup>lxxv</sup>

Outras atividades na interação com instituições privadas formam as intervenções no ambiente, como, por exemplo, a filmagem com uma equipe sobre a necessidade de materiais e pedidos de doações, a venda da carteirinha da Rede de Farmácias Trajano para descontos aos moradores,<sup>lxxvi</sup> a palestra com os funcionários da farmácia com distribuição de remédios<sup>lxxvii</sup> e as linhas de ônibus conseguidas para o bairro.<sup>lxxviii</sup> Da mesma forma, a instalação do telefone comunitário<sup>lxxix</sup> e a responsabilidade da Associação em avisar os moradores de seu uso mostram sua representação política no bairro e sua busca por atender as necessidades imediatas em consonância com uma rede de outras instituições.

A questão social das cidades vindas das concentrações humanas para o trabalho esbarra na apresentação do pobre como uma ameaça à sua saúde e à dos outros habitantes, quando na forma coletiva. Assim, a intervenção deve criar um ambiente mais higiênico e um corpo menos sujeito às doenças, nesse ponto a palestra para esclarecimento sobre doenças aos moradores do bairro e a distribuição de remédios expressam esse objetivo. Esta atividade promovida pela Associação vai ao encontro das reformas no Comunitário Livre, da construção da casa para uma família, da arrecadação dos alimentos para uma cesta básica e, mais enfaticamente, do concurso com prêmio para a família com a frente de casa mais limpa.

A AMJA assumiu a função de tomada de decisões referentes à economia política e sanitária do bairro. Nas solicitações e abaixo-assinados, as necessidades são elencadas em

torno da construção de escolas, de asfalto ou calçamento, de iluminação nas ruas, de sistema de esgoto, de uma usina de reciclagem de lixo e de um posto de saúde.

Trata-se de uma visão de mundo que traduz as escolhas de intervenção no ambiente do bairro e passa a ser a visão de uma sociedade, orientada pelo lugar nela ocupado pela diretoria da Associação. Essa visão forma as “famílias políticas” e, segundo Dutra:

[...] em torno dessas culturas políticas podem se reunir várias “famílias políticas”, as quais, segundo a definição do autor, podem ter sua identidade apreendida através de associações, sociedades de pensamento, de jornais de livros, próximos de forças políticas revestidas ou não de uma forma militante, que podem dar lugar às atitudes, à tomada de posição, de ações, carregadas de uma forma partidária.<sup>lxxx</sup>

A cultura política de urbanização formalizada pela AMJA nas pautas das reuniões demonstra uma leitura comum do passado dos membros da diretoria e aspirações, bem como planejamento e busca de interações em uma rede de instituições, com o foco em projetos futuros no espaço de convivência dos moradores. Assim: “A sociedade política, por sua vez, seria constantemente re-elaborada pelos homens no exercício da construção da cidadania política”.<sup>lxxxii</sup>

O papel cívico delegado à AMJA na intenção de exigir o direito de representação perante os poderes é característico da democracia e constrói um espaço de atuação pautado em valores voltados à questão social. A visão comum partilhada em torno da cidadania amplia constantemente a sociedade política, aquela que quer fazer parte da vida na cidade, ou seja, agir sobre ela. Assim, os associados do bairro Jardim das Américas atuam com base em valores de cidadania e com a representação que têm de urbanização do bairro.

Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm imagem da felicidade.<sup>lxxxii</sup>

As relações de democracia legitimam a AMJA num sistema político de múltiplas interações e a colocam em um posicionamento na cidade de mudança social. Orientados por saberes de urbanização, pautados na questão do médico e do engenheiro, a representação de felicidade constantemente se constrói. Portanto, acaba por nos mostrar a lógica de funcionamento da instituição. Para Rioux:

A associação, pelo fato de criar artificialmente uma ação recíproca dos homens sobre os homens, e dos cidadãos sobre as instituições, está do lado do poder, participa da “arte política” das democracias; mas, ao mesmo tempo, reconstituindo sem cessar o tecido social

que desfaz a desigualdade das condições, ela é uma forma original e talvez até originária do poder da sociedade sobre si mesma.<sup>lxxxiii</sup>

O funcionamento da Associação abrange o exercício do poder pela representação, característica do sistema democrático e, nesse sentido, fica ao lado do poder de decisão. O papel de cidadãos no espaço urbano pela busca de melhorias reconstitui a dinâmica das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a cidade nos seus começos é apresentada por Bresciani<sup>lxxxiv</sup> como lugar de questão urbana e de tensão. Os valores envolvidos nas soluções propostas para a cidade revelam-na como espaço politizado, que procura nas técnicas e no saber objetivo as “melhores soluções” e ferramentas disponíveis. As atuações da AMJA não são neutras, mas baseadas num conhecimento sobre a cidade, no caso do que se entende por melhorias para o bairro Jardim das Américas.

### **Considerações finais**

A liberalização dos regimes autoritários na América Latina possibilitou que novos movimentos sociais emergissem no âmbito das questões sociais. O processo que se delineou foi a institucionalização dos direitos humanos e sociais. Esse campo de análise delegado ao político pela historiografia na deflagração da democracia como sistema afirmativo recebe um olhar que relaciona o político, o cultural e o social e prioriza as estratégias do jogo político. Tais questões sociais são construídas no e pelo debate político no espaço de socialização do cidadão, a cidade.

É nesse intercâmbio que pensamos a AMJA, problematizada a partir das relações de democracia para formação de um espaço politizado, o qual constrói relações entre os cidadãos para um ideal de intervenção urbana. O bairro Jardim das Américas está inserido em uma circunstância de marginalidade no sistema representativo dos poderes e em um processo de modernização na cidade de Guarapuava, que levou à formação das moradias na periferia. A fundação da AMJA, nessa perspectiva, instaura as questões sociais locais e imediatas como assuntos a serem discutidos nas reuniões.

Pela exigência de registro e estatuto, a Associação de Moradores abarca um caráter legítimo da organização jurídico-administrativa do Estado. Também as atas de registro das reuniões com as pautas discutidas vêm ao encontro desta intenção. Os suportes documentais, como ofícios, abaixo-assinados e relatório de previsão orçamentária, conferem à Associação seu papel de enquadramento na lei e nas relações democráticas. A legitimidade jurídica do cidadão traz seu direito à cidade para a deflagração de um espaço socializado, que exige, nesse pacto social, a emancipação do sujeito. Os associados sentem o direito de ter acesso aos espaços da cidade e assim intervir neles.

A própria mobilidade dos moradores nas reuniões enfatiza uma sociabilidade que prioriza a mobilização dos sujeitos e define sua atuação e a sobrevivência da Associação. As demandas imediatas e locais, como interações com outras instituições, circunscrevem o espaço que a AMJA abrange. Este entendimento da transformação da lógica do poder local estabelece o espaço de ação política. Desse modo, há as atividades desenvolvidas no âmbito da Associação e, em outros casos, a responsabilidade pela resolução das questões sociais recai sobre órgãos públicos e privados.

As reuniões com outros agrupamentos e a presença de representantes de outras instituições nas reuniões enfatizam uma rede de interações. Politiza-se o espaço e faz-se com que os moradores circulem, delineando uma “malha associativa”. Assim, a AMJA está no entremeio do cidadão e do poder, abrangendo demandas ligadas aos saberes que as pessoas trazem individualmente e que formam o querer coletivo do grupo. O conjunto de referenciais das pessoas para a urbanização do bairro apresenta esse espaço politizado, pautado em valores sanitários e da engenharia para suas intervenções urbanas.

A AMJA, portanto, definiu, no período estudado, um espaço de atuação legítimo da democracia, em que os associados fazem parte de um jogo político de interações e trocas simbólicas. São sociabilidades voluntárias que passam a fazer parte da construção dos vetores de sentido para a intervenção no espaço da cidade.

---

#### Notas:

<sup>i</sup> Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso superior em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Centro-Oeste no ano de 2010.

<sup>ii</sup> **Eliziane Gava** é graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Santa Cruz – 85015-430 – Guarapuava – PR – Brasil. E-mail: [lize\\_gava@hotmail.com](mailto:lize_gava@hotmail.com).

<sup>iii</sup> **Raphael Nunes Nicoletti Sebrian** é o orientador. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente do Departamento de História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Santa Cruz. E-mail: [rsebrian@gmail.com](mailto:rsebrian@gmail.com).

<sup>iv</sup> Anistia aos exilados em agosto de 1979, abertura à criação de partidos em novembro do mesmo ano, eleição direta dos governadores em 1982, um civil na presidência em 1985 e a constituição da Nova República em 1988. Reflexões estabelecidas no artigo GOIRAND, Camille. Movimentos Sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 24. p. 323-352, jul.dez. 2009, p. 327. No caso da luta pela moradia popular em São Paulo de 1975-1989 ver: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

<sup>v</sup> Questões discutidas no artigo sobre perspectivas históricas dos novos movimentos sociais. Em GOIRAND., op. cit., p. 327-333.

<sup>vi</sup> A transfiguração dos favelados da Toca da Onça em cidadãos através da construção do Conjunto Residencial Rouxinol em Guarapuava engloba reflexões sobre como os pobres viam a questão moradia e a forma como ela foi tratada por outros meios envolvidos. Ver: MARQUES, M. T. T. **De onça a rouxinol: a favela e a cidade (1950-1999)**. 2000. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2000.

<sup>vii</sup> As atas da Associação pertencem parcialmente a um arquivo intermediário, que denominei como Livro de Atas 1. Ele é delimitado pela primeira reunião, em 26 de agosto de 1995, e a última, em 4 de maio de 1997. Denominei Livro de Atas 2 o pertencente a um arquivo corrente de uso funcional, administrativo e jurídico, que abrange o período das reuniões de 27 de setembro de 1997 a 9 de fevereiro de 2002. Ambos os livros estão sob a guarda da atual administração da Associação Voluntária de Moradores do Bairro Jardim das Américas (AMJA) na cidade de Guarapuava, os quais foram fotocopiados para a realização da pesquisa. Toda vez que fizer referência a estas fontes, farei uso destas denominações: Livro de Atas 1 para a primeira compilação citada e Livro de Atas 2 para a segunda.

<sup>viii</sup> Na década de 1980, Marques percebe em jornais locais a veiculação de matérias sobre a existência da população urbana em periferias. Ver: MARQUES, 2000, p. 51-80.

<sup>ix</sup> A primeira de 26/8/1995 a 27/9/1997, a segunda de 29/11/1997 a 26/9/1999 e a terceira de 20/2/2000 a 20/1/2002.

<sup>x</sup> Percepções abordadas em: GOIRAND, op. cit., p. 336-338.

<sup>xi</sup> Há o domínio de três questões nas análises: participação política como reivindicação; questionamento das medidas operadas pelos partidos; e sindicatos como democratização e o reforço dos discursos sobre as comunidades. Alain Touraine, em suas reflexões sobre a impossibilidade dos movimentos fazerem a “mudança política profunda”, orienta as pesquisas na América Latina no sentido de que a autonomia dos

movimentos em relação aos poderes públicos representaria não só a especificidade, mas também uma necessidade política. *Ibid.*, p. 337.

<sup>xii</sup> A partir dos trabalhos de Jürgen Habermas, os novos movimentos sociais são considerados por analistas latino-americanos como atuantes para democratização das sociedades. *Ibid.*, p. 338-339.

<sup>xiii</sup> *Ibid.*, p. 339.

<sup>xiv</sup> Análise proposta por GOIRAND na agenda de pesquisas aos novos movimentos sociais. *Ibid.*, p. 345.

<sup>xv</sup> Caracterização sobre o associacionismo voluntário em política em: RIOUX, Jean Pierre. A Associação em Política. In: REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 103.

<sup>xvi</sup> O esgotamento das experiências revolucionárias na década de 1970 e a fragilidade dos modelos socialistas acabam por equilibrar a situação ideológica pela direita e por afirmar a democracia, em que o reformismo é a alternativa. Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 161-165, 1996.

<sup>xvii</sup> A importância do estudo da história política coloca a história do estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação no séc. XIX numa posição de privilégio dos vestígios escritos, da expressão do sagrado mesmo na formação dos Estados Nacionais. Contudo, a troca da valorização do político por uma história total das estruturas mais duráveis, reais e determinantes dos acidentes de conjunturas está na contramão do movimento operário, do socialismo pela simpatia aos esquecidos da história. Reflexões esboçadas acerca da História política em: RÉMOND, René. Uma história Presente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36. É importante apenas ressaltar que, como se sabe, a desvalorização da história política é, sobretudo, um fenômeno francês, ocorrido em virtude das críticas dos *Annales* a historiadores do século XIX. Quando se utilizam as expressões “nova história política” ou “história política renovada”, a referência é um conjunto de pesquisas francesas que revitalizaram a história política naquele país e, também, favoreceram o debate sobre o estudo do político em outras regiões do mundo, inclusive no Brasil.

<sup>xviii</sup> *Ibid.*, 2003.

<sup>xix</sup> Constituição das rupturas, inflexões (o tempo). Trata-se das forças do universo da política (o espaço) e os “círculos de pensamento” como reconhecimento de uma unidade particular (o ideal). São dimensões colocadas por: RIOUX, op. cit., p. 99-139.

<sup>xx</sup> GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos: Historiografia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1995, p. 59-84.

<sup>xxi</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.16-35.

<sup>xxii</sup> Caracterização apontada no dicionário de política: CESAREO, Vincenzo. Associacionismo Voluntário. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, 2008, 2009. p. 64-66.

<sup>xxiii</sup> A existência legal é determinada pelos registros oficiais, tais como estatuto e atas. BRASIL. **Código Civil brasileiro**: Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L3071.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

<sup>xxiv</sup> Presente no Art. 18. “Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa.” *Ibid.*

<sup>xxv</sup> *Ibid.*

<sup>xxvi</sup> Expressão pensada por Rioux ao referir-se à importância do diálogo com as ciências jurídicas. RIOUX., op. cit., p.108.

<sup>xxvii</sup> Livro de Atas 1, p. 17.

<sup>xxviii</sup> Ao longo das atas aparecem encaminhamentos de ofícios, relatórios e abaixo-assinados para instituições. *Ibid.*; Livro de Atas 2.

<sup>xxix</sup> Participar da arte política da democracia, análise de Rioux sobre a associação como artifício fecundo. Ver: RIOUX, op. cit., p. 130.

<sup>xxx</sup> Capelato reflete acerca do aspecto político de afirmação da democracia presente no surgimento dos movimentos sociais pós-ditaduras. CAPELATO, op. cit., p.163.

<sup>xxxi</sup> Reflexões sobre a função/legitimação de arquivos oficiais, ver: BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes, tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 24.

<sup>xxxii</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 5.

<sup>xxxiii</sup> RIOUX, op. cit., p.103.

- 
- <sup>xxxiv</sup> Conforme análises estabelecidas por MARQUES, op. Cit., p. 51-81.
- <sup>xxxv</sup> Quando o pobre está na sua forma coletiva, é apresentado como uma ameaça a sua saúde e aos outros habitantes da cidade: “[...] seus corpos sujos e fracos seriam vítimas fáceis de doenças; [...]” (BRESCIANI, op. cit. p. 27). Decorrentes deste fio condutor, Bresciani destaca outros dois: o da filantropia gerada pelos hábitos do trabalhador e o da cultura popular na percepção detalhada dos modos de vida, lazer e trabalho do trabalhador.
- <sup>xxxvi</sup> Ibid., p. 29.
- <sup>xxxvii</sup> RIOUX, op. cit., p. 119.
- <sup>xxxviii</sup> GOIRAND, op. cit., p. 336.
- <sup>xxxix</sup> Ibid., p. 344.
- <sup>xl</sup> RIOUX, op. cit., p. 129.
- <sup>xli</sup> A investigação da Associação em política deve seguir o metro de três dimensões. A primeira a que Rioux se refere é a do tempo. Ibid., p.115.
- <sup>xlii</sup> Livro de Atas 2, op. cit., p. 7.
- <sup>xliiii</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 21.
- <sup>xliiv</sup> Livro de Atas 2, op. cit., p. 13.
- <sup>xliv</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 17.
- <sup>xlvi</sup> Livro de Atas 2, op. cit., p. 5.
- <sup>xlvii</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 14.
- <sup>xlviii</sup> GOIRAND, op. cit., p. 334.
- <sup>xlix</sup> RIOUX, op. cit., p.122.
- <sup>l</sup> Ibid.,p. 122.
- <sup>li</sup> A respeito do despertar do cidadão provocado pelo associacionismo, ver: Ibid., p. 124.
- <sup>lii</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 17.
- <sup>liii</sup> Livro de Atas 2, op. cit., p. 7.
- <sup>liv</sup> Ibid., p. 15.
- <sup>lv</sup> Ibid., p. 5.
- <sup>lvi</sup> São dois, um de maio de 1998 e outro de julho de 1998. Ibid., p. 6.
- <sup>lvii</sup> GOIRAND, op. cit., p. 340.
- <sup>lviii</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 18.
- <sup>lix</sup> Ibid., p. 21.
- <sup>lx</sup> Referente a duas eleições, uma em 1997 e outra em 1999. Como também na prestação de contas da gestão 1995-2001. Livro de Atas 2, op. cit., p. 1-17.
- <sup>lxi</sup> Ibid., p. 13.
- <sup>lxii</sup> GOIRAND, op. cit., p. 335.
- <sup>lxiii</sup> Livro de Atas 1; Livro de Atas 2.
- <sup>lxiv</sup> GOIRAND, op. cit., p. 341.
- <sup>lxv</sup> Trocas entre estas instituições em: Livro de Atas 2, op. cit., p. 7-10.
- <sup>lxvi</sup> RIOUX, op. cit., p. 130.
- <sup>lxvii</sup> GOIRAND, op. cit., p. 344.
- <sup>lxviii</sup> RIOUX, op. cit., p. 127.
- <sup>lxix</sup> Ibid., p. 129.
- <sup>lxx</sup> BRESCIANI, op.cit.
- <sup>lxxi</sup> BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p. 350.
- <sup>lxxii</sup> Em vários momentos aparecem esta intervenção, primeiro em 1996, depois em 1997 e depois em 1998. Livro de Atas 1; Livro de Atas 2.
- <sup>lxxiii</sup> “2 – Discutir a possibilidade dos membros da Diretoria da Associação ajudar na construção de uma casa p/ uma família carente do bairro, foi decidido que vamos dar nossa parcela de contribuição no próximo sábado, dia 1 de Março, juntamente com o pessoal da Associação da Igreja.” Livro de Ata 1, op. cit., p. 20.
- <sup>lxxiv</sup> “3 – Sugestão de sorteio mensal de alguns brindes entre os moradores do bairro que mantiverem a frente da casa em ordem, sempre limpa e sem qualquer entulho. Debatido o assunto, ficou decidido que deverá ser anunciado na próxima edição do jornalzinho da Associação e posto em prática a seguir.” Livro de Atas 2, op. cit., p. 5.



---

<sup>lxxv</sup> “6 – Arrecadação de Alimentos: foi pedido às pessoas presentes, a colaboração para que seja feito uma cesta básica que deverá ser entregue a uma família que está precisando.” *Ibid.*, p. 7.

<sup>lxxvi</sup> Livro de Atas 1, op. cit., p. 17-18.

<sup>lxxvii</sup> Livro de Atas 2, op. cit., p. 3.

<sup>lxxviii</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>lxxix</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>lxxx</sup> DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas políticas: Definições, usos e genealogias. **Varia História**, n. 28, p. 13-28, dez. 2002. p. 25.

<sup>lxxxi</sup> *Ibid.*, p.27.

<sup>lxxxii</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 363.

<sup>lxxxiii</sup> RIOUX, op. cit., p. 130.

<sup>lxxxiv</sup> BRESCIANI, op. cit.